



**JOSÉ GRAZIANO DA SILVA**

# FARTURA COM QUALIDADE

Se a produção de alimentos no Brasil atingiu níveis satisfatórios em termos de quantidade, o grande desafio que surge é alcançar a qualidade que o mercado exige para esses alimentos. Para José Graziano da Silva, o Brasil ainda precisa evoluir muito nessa área

Segundo José Graziano da Silva, representante regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, FAO, para a América Latina e Caribe, a produção de alimentos no mundo nunca foi tão abundante. Entretanto, se o obstáculo da produção foi vencido, outras graves questões sobre esse tema exigem solução. "Ao mesmo tempo em que nós temos essa disponibilidade de alimentos, cerca de um bilhão de pessoas no mundo não comem o necessário para sobreviver", observa ele.

Formado em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, ex-ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome e assessor especial da Presidência da República durante o primeiro mandato do presidente Lula, Graziano aponta que a questão alimentar passa por transformações no mundo. "A segurança alimentar implica ter alimentos em quantidade suficiente, mas também com qualidade".

O momento é de apontar os temas a serem debatidos. Depois de 15 anos, em 2008, o Brasil irá sediar novamente uma reunião realizada a cada dois anos pela FAO com todos os países em que ela atua, onde serão discutidas as prioridades de trabalho comuns a todos eles. Dois temas já aparecem na pauta: a questão da agroenergia e seus impactos na segurança alimentar e na sustentabilidade da produção.

**Panrural** – Fala-se muito que países como o Brasil e a Índia, devido ao seu potencial de produção, serão os grandes responsáveis pela tarefa de alimentar o planeta. Ao mesmo tempo vemos que esses países têm suas produções dificultadas devido a medidas adotadas por países como Estados Unidos e os da Europa, com seus subsídios e taxas. Como a FAO analisa esse cenário?

**Graziano** – Hoje as estatísticas da FAO mostram que, felizmente, o problema da fome tem cada vez menos a ver com o tema da produção de alimentos. Os últi-

mos dados, de 2004, mostram que temos hoje uma boa disponibilidade per capita de alimentos no mundo, com uma média é de 2.810 kilocalorias por pessoa, sendo que o mínimo que uma pessoa precisa é de 2.200 kilocalorias. Então nós estamos bem acima das necessidades. Hoje nós temos uma produção agrícola de alimentos suficiente para alimentar todo mundo – e ainda sobra.

**Panrural** – Quer dizer que essas barreiras impostas aos países subdesenvolvidos pelos países desenvolvidos não afetam o problema da fome?

**Graziano** – Isso mostra que o problema não é um problema mais de oferta e produção, mas sim um problema de acesso. Ao mesmo tempo em que nós temos essa disponibilidade de alimentos, existe aproximadamente um bilhão de pessoas no mundo que não comem o necessário para sobreviver. São as pessoas que vivem na extrema pobreza. Na América Latina nós temos mais de 210 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza e 81 milhões vivendo em situação de extrema pobreza. O paradoxo é que metade desses 80 milhões que vivem em extrema pobreza vive em áreas rurais e são produtores de alimentos. São pequenos agricultores com pouca terra ou com terra, mas sem água, sem capacidade de irrigação. É uma população extremamente pobre convivendo com a abundância. Parte disso é responsabilidade dos países desenvolvidos, que mantêm uma agricultura fortemente subsidiada e impedem que nós possamos exportar nossos produtos para esses países a preços razoáveis.

**Panrural** – Então as barreiras impostas acabam tendo influência na questão da fome, na medida em que elas dificultam que o produtor possa ter mais renda e consequentemente acesso aos alimentos?

**Graziano** – Esse é o ponto. Hoje a pessoa não come, não porque não tem alimento, e sim porque não tem dinheiro para comprar o alimento que ela precisa. O problema é a falta de poder aquisitivo. E isso tem a ver com os preços muito baixos no mercado internacional, fruto dos subsídios. Os americanos, por exemplo, despejam toneladas de milho, trigo, arroz, leite, todos subsidiados, no mercado internacional. Eles fazem dumping de preços e isso impede que nossos produtores obtenham melhores preços para suas exportações. Esse é o mecanismo mais perverso dos subsídios.

**Panrural** – As exigências quanto à qualidade dos

produtos estão cada vez mais rigorosas, não só quanto ao alimento em si, mas também quanto ao sistema em que ele é produzido. O Brasil está pronto para atender a esse nível de exigência?

**Graziano** – Está começando a se preparar. Temas como rastreabilidade da produção, identificação de origem estão se tornando importantes no Brasil, mas ainda não têm a dimensão que precisariam ter, principalmente no que diz respeito ao cuidado com os alimentos. Segurança no sentido de alimentos seguros e que não fazem mal à saúde, nisso nós estamos apenas começando. O Brasil ainda está discutindo sua lei de rotulagem, enquanto a maior parte dos países desenvolvidos já tem leis bem severas, que exigem que os rótulos não só identifiquem a composição do produto, com as quantidades de proteínas e calorias, mas também contenham alertas sobre se aquele produto contém componentes químicos. Enfim, existe uma série de regulamentações que ainda não são observadas no caso brasileiro.

**Panrural** – O Brasil já caminha para uma produção sustentável de alimentos, o que também é uma exigência crescente?

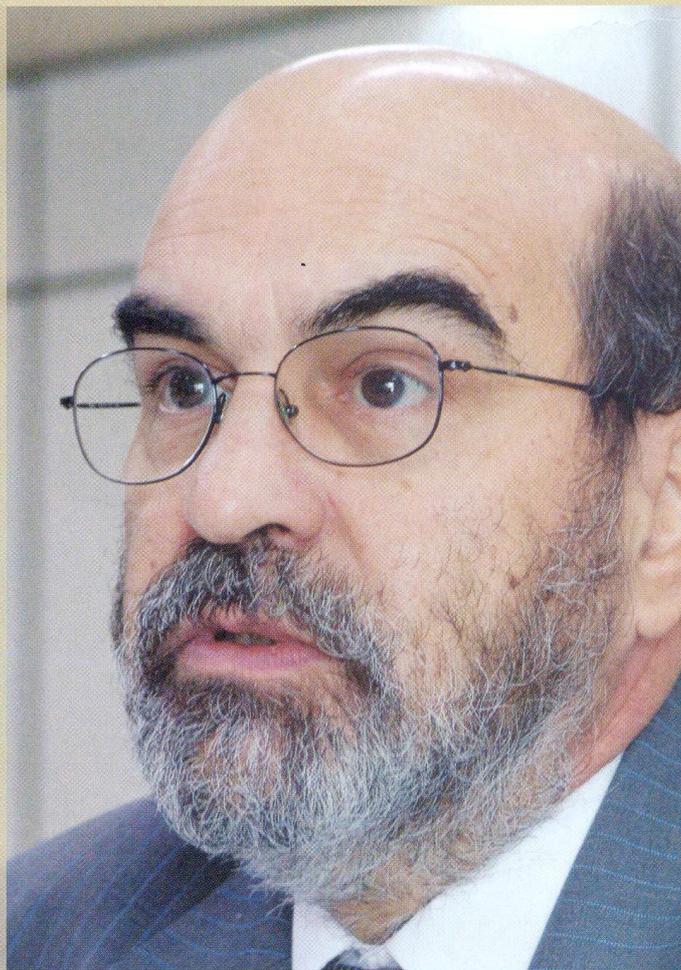
**Graziano** – Também nessa área, o Brasil está apenas começando. Por enquanto, só temos alguma coisa mais concreta em alguns segmentos destinados à exportação. Nas carnes, por exemplo, isso já está bastante avançado, com uma identificação eficiente. Hoje, olhando uma picanha para exportação, a etiqueta já diz o nome do boi, quando ele foi abatido, de onde veio e a qualidade da carne, mas são poucos os produtos que têm esse controle. Infelizmente, nessa questão de controle de qualidade, nós ainda temos uma forte segmentação entre o produto para exportação e o destinado para mercado interno. Ou seja, nós continuamos ficando com o que não presta, e isso é muito ruim para qualquer país.

**Panrural** – Mas isso não acontece em boa parte devido aos custos de produção, que tornam esse produto inviável para a maior parte da população?

**Graziano** – Nós deveríamos ter acesso aos mesmos produtos de qualidade, aos mesmos padrões que tem o consumidor americano e europeu. No caso do alimento, que é um produto essencial para vida, nós não podemos fazer uma discriminação de renda dessa magnitude. Quem tem renda e pode pagar come um produto de qualidade, quem não tem renda e não pode pagar come qualquer coisa – isso não pode ser. A segurança alimentar implica ter alimentos em quantidades suficientes, mas também com qualidade.

**Panrural** – E o que pode ser feito para alterar essa situação?

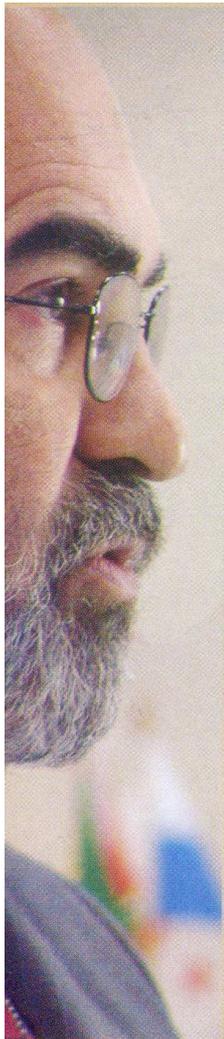
**Graziano** – Isso depende, e muito, da implantação de normas de etiquetagem e qualidade, recomendados pela FAO. Nós temos um programa chamado Codex Alimentarius, isto é, normas de qualidade discutidas em nível internacional, com rigor de detalhes, como o tipo de inseticida que se pode usar, o tipo de adubo etc. para cada produto. Falta implantar isso. Falta uma decisão política para fazer frente aos interesses comerciais que ainda norteiam a comercialização e produção de alimentos, e obrigar os produtores a seguir esses padrões de qualidade.



*“Cerca de um bilhão de pessoas no mundo não comem o necessário para sobreviver”*

**Panrural** – Com o aumento da demanda do etanol e o crescimento das áreas de cana, levantou-se um outro debate: existe o risco de as áreas destinadas à cana comprometerem a produção de alimentos?

**Graziano** – Quando vim ao Brasil para convidar o presidente Lula para visitar a FAO no Chile, ele me fez uma carta pedindo que a entidade elaborasse um estudo para verificar se haveria algum impacto da produção de biocombustíveis sobre a segurança alimentar. A FAO se juntou com a Cepal, que é um organismo de estatísticas da América Latina, e analisou os levantamentos que tínhamos disponíveis sobre o tema da produção de biocombustíveis. Nossa conclusão é que, felizmente, não



*“A segurança alimentar implica ter alimentos em quantidades suficientes, mas com qualidade”*

há impacto no caso brasileiro e de vários países latino-americanos que possuem um grande espaço de áreas não utilizadas e, portanto, disponíveis para uma possível expansão da agricultura. Na região, para cada hectare cultivado, existe outro hectare apto para a agricultura ainda não cultivado. Nós não chegamos nem na metade da nossa produção. No caso da agricultura brasileira, a situação é ainda mais favorável. Dos 340 milhões de hectares de áreas onde a agricultura é possível, nós usamos só seis milhões para produzir etanol, o que corresponde a 0,4%. Os planos brasileiros são que, até 2015, esse 0,4% passe para 0,9%, ou seja, menos de um por cento.

**Panrural** – E quanto à meta americana de produção de etanol, ela pode comprometer a estabilidade dos preços dos alimentos?

**Graziano** – Existe uma preocupação nos países da América Central com o tema do milho, porque os Estados Unidos estão expandindo muito rapidamente o seu consumo para produzir etanol, e existem algumas projeções malucas, que me levam a duvidar da capacidade de se atingir essa metas. O presidente Bush, quando se encontrou com o presidente Lula, falou em multiplicar o consumo de etanol por sete até 2010. Multiplicar por sete em apenas três anos, mesmo para os americanos que são capazes de tudo, é de se duvidar. Então esse processo me parece um pouco especulativo e isso afetou muito o preço do milho, que sobe por efeito de uma especulação derivada dessas projeções sobre o uso futuro do milho para produzir etanol nos EUA, que, em minha opinião, são absolutamente inatingíveis.

**Panrural** – Dentro desse contexto de agroenergia, qual o papel da agricultura familiar, principalmente no que diz respeito à produção de matéria-prima para biocombustíveis?

**Graziano** – Existe uma grande preocupação quanto a isso. A agroenergia é uma boa oportunidade e, como toda nova oportunidade, gera um risco. O risco, no caso, é que os grandes produtores sejam os únicos beneficiados, como foi no caso do Proálcool. Nesse sentido, vemos como muita boa a idéia do selo social brasileiro no caso do biodiesel. Acho que pode ser um apoio importante para garantir o espaço da agricultura familiar. Mas achamos que é preciso mais, como, por exemplo, uma legislação que

dê segurança aos vários componentes da cadeia produtiva. Porque a cadeia produtiva tem o produtor da mamona, tem os intermediários, tem a usina de processamento e tem os distribuidores. Então, é preciso fazer uma lei que regule esses diferentes elos, que diga qual vai ser o poder de cada um. E isso falta no caso brasileiro; o país não tem uma legislação que regule a relação entre o agricultor familiar e a agroindústria. Essa foi uma das principais razões para que o Proálcool tenha gerado uma concentração de terras tão forte nas áreas canavieiras, porque o antigo estatuto da lavoura canavieira, que prescrevia 60% das terras na mão de pequenos fornecedores autônomos, nunca foi cumprido. Falta uma legislação que garanta esse espaço ao longo da cadeia produtiva para os produtores da agricultura familiar.

**Panrural** – O Inkra está inaugurando, em sua sede, a sala Ignácio Rangel. Quais serão as atividades realizadas nessa sala e qual a importância desse espaço?

**Graziano** – Eu acho que, hoje, o Inkra inaugura uma nova fase. Eu escuto muitas críticas dos movimentos sociais ao programa brasileiro de reforma agrária, e acho que são críticas justas. Mas, por outro lado, é preciso reconhecer que o Brasil possui o maior programa de reforma agrária do mundo, sendo, no nível internacional, o país que mais apóia as reivindicações dos movimentos sociais pela reforma agrária. Em 2006, depois de 30 anos, a FAO organizou uma conferência mundial sobre reforma agrária, que reuniu mais de 150 países e traçou uma série de diretrizes. Uma delas era que a oficina regional da FAO deveria apoiar os países da América Latina que solicitassem assessoria técnica. Nós temos hoje solicitações de assistência técnica para temas relacionados com o desenvolvimento rural e a reforma agrária do Paraguai, Bolívia, Uruguai, Nicarágua etc., mas nós não temos como atender a essa demanda por falta de recursos, de infraestrutura e de pessoal. Então estamos fazendo um acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Inkra, para poder levar a esses países os programas que o Brasil tem desenvolvido. Esse escritório regional vai nos ajudar funcionando com uma base de apoio para essa tarefa.

**Panrural** – Então, através dessa sala, será realizado um intercâmbio de idéias sobre a reforma agrária?

**Graziano** – O que pretendemos é que essa sala seja um ponto de encontro entre a FAO, o Inkra, o MDA e esses países que estão demandando assistência técnica. A FAO enviou uma carta ao ministro Guilherme Cassel, na qual se compromete a preparar estudos sobre as experiências do próprio Inkra e a assessorar tecnicamente esse escritório, para fomentar o apoio aos países do Mercosul e – o mais importante – para dar seguimento às diretrizes dessa conferência mundial, onde surgiu a idéia de que o Brasil seria o ponto de encontro para a criação de uma rede de institutos de terras latino-americanos. A FAO quer aproveitar a capacidade técnica acumulada na região, pois só o Brasil tem um programa maciço de reforma agrária na América latina, com experiência prática, com técnicos que sabem fazer uma vistoria de campo, um georeferenciamento e todo o processo de discriminação e titulação fundiária. Nós queremos nos apropriar disso, no bom sentido, aprender a capacitar gente em outros países para fazer esse trabalho. ■